

telebras



Demonstrações Contábeis - Resumidas

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

A Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebras. (B3: TELB3 & TELB4) submete à apreciação dos investidores e do público em geral as Demonstrações Financeiras resumidas, acompanhadas do resumo do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e do resumo do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

De acordo com as alterações no artigo nº 289, I e II, da Lei nº 6.404/1976, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) divulgou o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de forma reduzida e apresenta o seguinte aviso:

- 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
- 2) demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/>
- <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/>
- <https://www.gov.br/cvm/>
- <https://www.b3.com.br>

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"

CNPJ 00.336.701/0001-04

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	698.514	425.387	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15	21.583	13.331
Contas a Receber de Clientes	5	448.342	233.301	Fornecedores	18	151.794	144.636
Tributos a Compensar/Recuperar	6	204.516	178.044	Receitas Diferidas	25	44.406	44.406
Depósitos Judiciais	7	7.311	7.364	Tributos Diretos	19	41.932	-
Aplicações Financeiras	11	822.352	822.352	Tributos Indiretos	20	16.844	23.499
Superávit - Previdência Privada	8	103.565	84.429	Empréstimos e Financiamentos	24.1	-	46.210
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	9.1	1.945	1.945	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	5.093	5.374
Outros Ativos Realizáveis	9.2	23.495	23.181	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	5.416	4.877
Total do Circulante		2.310.040	1.776.003	Credores por Perdas Judiciais	22	-	16.635
				Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	2.191	1.828
Não Circulante				Subvenções Orçamentárias a Realizar	26	52.741	59
Aplicações Financeiras	11	53.949	86.686	Outras Obrigações	27	25.137	13.722
Tributos a Compensar/Recuperar	6	3.795	8.282	Total do Circulante		367.137	314.577
Depósitos Judiciais	7	52.566	48.726				
Dividendos a Receber	10	-	5.456	Não Circulante			
Superávit - Previdência Privada	8	185.037	143.216	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	24.2	14.786	4.139
Outros Ativos Realizáveis	9.2	6.667	12.381	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	21	66.303	59.881
		302.014	304.747	Credores por Perdas Judiciais	22	-	102.247
				Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	19.075	20.923
Investimentos	12	76.332	80.124	Grupamento de Ações	17	680	680
Imobilizado	13	1.697.499	1.909.708	Receitas Diferidas	25	241.351	273.605
Intangível	14	26.581	19.403	Recursos Capitalizáveis	23	1.951.045	1.831.921
Total do Não Circulante		2.102.426	2.313.982	Total do Não Circulante		2.293.240	2.293.396
				Patrimônio Líquido	28		
				Capital Social		3.719.535	3.474.498
				Prejuízos Acumulados		(1.999.280)	(2.139.784)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		31.945	35.153
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				Recursos Capitalizáveis		-	112.256
				Total do Patrimônio Líquido		1.752.089	1.482.012
Total do Ativo		4.412.466	4.089.985	Total do Passivo		4.412.466	4.089.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	491.009	414.315
Custos dos Serviços Prestados	30	(663.005)	(630.415)
Lucro Bruto		(171.996)	(216.100)
Receitas / (Despesas) Operacionais		408.696	234.596
Comercialização dos Serviços	30	(32.590)	(30.029)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(98.249)	(93.268)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	369	(1.013)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	31	539.166	358.906
Outras Receitas Operacionais		563.052	373.698
Outras Despesas Operacionais		(23.886)	(14.792)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		236.700	18.496
Resultado Financeiro	32	(54.264)	(85.068)
Receitas Financeiras		222.881	128.344
Despesas Financeiras		(274.634)	(213.412)
Variação Cambial		(2.511)	-
Resultado Antes dos Tributos sobre o Resultado		182.436	(66.572)
Tributos sobre o Resultado do Período	6.2.1	(41.932)	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(30.626)	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(11.306)	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		140.504	(66.572)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	28.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		1,5258	(0,7707)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		1,5258	(0,7707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)
Outros Resultados Abrangentes	(3.208)	10.677
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	(4.161)	11.053
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	(4.161)	11.053
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	953	(376)
Ganho/(Perda) com Instrumentos Financeiros - VJORA	953	(376)
Resultado Abrangente Total	137.296	(55.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Recursos Capitalizáveis	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.474.498	(2.073.212)	24.476	(111)	-	1.425.651
Recurso de Acionista:	-	-	-	-	112.256	112.256
Transferência de Recursos Capitalizado para o Patrimônio Líquido	-	-	-	-	112.256	112.256
Resultados Abrangentes Total:	-	(66.572)	10.677	-	-	(55.895)
Prejuízo do Exercício	-	(66.572)	-	-	-	(66.572)
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	10.677	-	-	10.677
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	11.053	-	-	11.053
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(376)	-	-	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.474.498	(2.139.784)	35.153	(111)	112.256	1.482.012
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.474.498	(2.139.784)	35.153	(111)	112.256	1.482.012
Recurso de Acionista:	245.037	-	-	-	(112.256)	132.781
Aumento de Capital	245.037	-	-	-	(245.037)	-
Transferência de Recursos Capitalizáveis - Passivo Exigível para o Patrimônio Líquido	-	-	-	-	132.781	132.781
Resultados Abrangentes Total:	-	140.504	(3.208)	-	-	137.296
Lucro Líquido do Exercício	-	140.504	-	-	-	140.504
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	(3.208)	-	-	(3.208)
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(4.161)	-	-	(4.161)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	953	-	-	953
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.719.535	(1.999.280)	31.945	(111)	-	1.752.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	182.436	(66.572)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	274.104	270.044
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3.775	(76)
Varição Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.484	6.298
Receita Diferida	(36.480)	(54.886)
Equivalência Patrimonial	(369)	1.013
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	249.981	189.369
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	3.292	624
Varição Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	14.108	12.999
Varição Monetária de Depósitos Judiciais	(4.535)	(3.644)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	868	741
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	(209)	3.651
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	2.807	2.752
Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)
Subvenções Realizadas - Contrato de Gestão	(234.446)	-
Ganho na Baixa de Passivos	(76)	(2.297)
Baixa de Créditos Tributários	4.795	2.963
Provisão para Perdas Prováveis sobre Ativos	91	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666
	149.463	220.179
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(242.191)	(59.168)
Tributos a Recuperar	(18.886)	(54)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.252	217
Fornecedores	7.425	1.298
Tributos a Recolher	(6.648)	20.682
Outras Contas Ativas e Passivas	(854)	23.041
	(252.902)	(13.984)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(4.777)	(1.549)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(868)	(741)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(224)	(2.530)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.298)	(350)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(9.807)	(12.817)
Pagamento de IRPJ/CSLL	(7.894)	-
	(26.868)	(17.987)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	52.129	121.636
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(25.584)	(41.772)
Resgate de Aplicações Financeiras - Garantia de Financiamento - FINEP	39.973	-
Caixa Líquido Gerado/Consumido pelas Atividades de Investimento	14.389	(41.772)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(6.179)	(5.425)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(123.183)	(13.740)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(45.777)	(45.513)
Recebimento Parcela - Superávit Previdência Privada	92.638	14.999
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	1.924	14.490
Recebimento de Subvenções Orçamentárias - Contrato de Gestão	287.186	-
Caixa Líquido Gerado/Consumido pelas Atividades de Financiamento	206.609	(35.189)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	273.127	44.675
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	698.514	425.387
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	425.387	380.712
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	273.127	44.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"
CNPJ 00.336.701/0001-04
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Receitas	1.041.457	775.996
Prestação de Serviços	465.481	384.176
Subvenções Orçamentárias Recebidas	406.942	158.402
Outras Receitas	152.405	217.488
Construção de Ativo Próprio	19.452	18.682
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.823)	(2.752)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(337.007)	(317.865)
Custos dos Serviços Vendidos	(307.216)	(290.636)
Materiais	(61)	(71)
Serviços de Terceiros	(7.894)	(8.085)
Serviços Técnicos Administrativos	(8.516)	(11.040)
Perdas	(221)	(36)
Outras Despesas	(13.099)	(7.997)
Valor Adicionado Bruto	704.450	458.131
Retenções	(274.106)	(270.044)
Depreciação e Amortização	(274.106)	(270.044)
Valor Adicionado Líquido Produzido	430.344	188.087
Valor Adicionado Recebido em Transferência	296.459	199.598
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	369	(1.013)
Receitas Financeiras	220.807	123.579
Aluguéis	75.283	77.032
Valor Adicionado Total a Distribuir	726.803	387.685
Distribuição do Valor Adicionado	726.803	387.685
Empregados	124.842	114.140
Remuneração Direta	74.257	70.382
FGTS	7.232	6.494
Benefícios Sociais	16.395	14.736
Outros Encargos Sociais	22.366	20.522
Programa de Indenização por Serviços Prestados	3.291	624
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.301	1.382
Impostos, Taxas e Contribuições	118.872	72.792
Federais	88.768	41.085
Estaduais	28.622	31.682
Municipais	1.482	25
Remuneração de Capitais de Terceiros	342.585	267.325
Remuneração do Capital de Terceiros	276.658	213.056
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	49.732	35.361
Seguros	16.195	18.908
Remuneração de Capitais Próprios	140.504	(66.572)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas Operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (“SIOP”), referente ao PLOA de 2020.

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.3 Decreto que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

Em 12 de junho de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto nº 12.500, que regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

O Decreto estabelece, dentre outros critérios, que empresas com Índice de Sustentabilidade Financeira (ISF) igual ou superior a 0,4 poderão apresentar um plano de sustentabilidade visando à transição das estatais dependentes para a condição de não dependente.

Esse plano deverá ser acompanhado de um contrato de gestão, com metas, indicadores, cronograma de repasses e mecanismos de monitoramento.

Ao final do contrato de gestão as empresas que alcançarem ISF superior a 1,05 serão avaliadas e poderão ser classificadas como empresa estatal não dependentes.

Este novo marco busca maior transparência, eficiência e autonomia na gestão das empresas estatais federais, alinhado às diretrizes fiscais e às boas práticas de governança pública, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.4 Contrato de Gestão e Plano De Sustentabilidade Econômico-Financeira

Em 05 de setembro de 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações, em conformidade com a Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025 e a Lei nº 13.303/2016.

O referido contrato tem como fundamento o art. 47 da Lei Complementar nº 101/2001, os arts. 6º, §§ 2º a 4º, e 48, §§ 6º a 8º, da Lei nº 15.080/2024, bem como as normas e regulamentações específicas editadas pelo órgão central do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais – SISEST/MGI.

O Contrato de Gestão, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente. Esse plano reúne o diagnóstico econômico-financeiro, o planejamento estratégico, as projeções de fluxo de caixa e de resultados, além de indicadores e metas de desempenho correspondentes ao período contratual. A validade e a eficácia do Contrato de Gestão ficam condicionadas à publicação de seu extrato pelo Ministério supervisor no Diário Oficial da União e em seu sítio eletrônico oficial.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, conforme previsto no art. 6º e § 7º do art. 48 da Lei nº 15.080/2024, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, passando a ter seu orçamento acompanhado no âmbito do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais, sob supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. Ressalta-se, contudo, que a Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

Para a execução do Contrato de Gestão, serão disponibilizados à Telebras recursos orçamentários pela União, a título de subvenção econômica, destinados à cobertura do déficit de manutenção relativo à operação e manutenção dos ativos e instalações, especialmente os custos e despesas que são necessárias para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades operacionais da Companhia, discriminados na unidade orçamentária nº 41.260 (Telebras) provenientes de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício financeiro.

O acompanhamento da execução do PSEF será realizado mediante monitoramento periódico, prestação de contas e elaboração de relatórios ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conformidade com a legislação aplicável. A

avaliação de desempenho será aferida com base em objetivos, indicadores e metas de desempenho pactuados no Contrato de Gestão, com foco na mensuração da eficiência, eficácia e efetividade da atuação empresarial.

A aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira e a assinatura do Contrato de Gestão foram divulgadas como fato relevante, assegurando transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, por meio do site institucional da Companhia, em observância aos princípios da publicidade e da governança corporativa.

1.5 Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi aprovada e promulgada, em dezembro de 2023, no Congresso Nacional com objetivo de simplificar os tributos sobre o consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminar redundâncias e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui cinco tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. Em janeiro de 2025, a Lei Complementar nº 214/25 foi sancionada estabelecendo os critérios gerais para a transição tributária que vai de 2026 a 2033. O IBS e CBS seguirão datas distintas de implantação, sendo que a CBS deverá entrar em vigor, plenamente, no ano de 2027. Já o IBS ainda depende de regulamentações a serem feitas pelo Comitê Gestor, mas tem a previsão de entrada em vigor, de forma escalonada, a partir de 2029 e completamente em 2033.

1.6 Homologação do Aumento de Capital pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

Em 8 de maio de 2025, a 118ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento de capital da Companhia previamente aprovado na 117ª AGE. O aumento foi no montante de R\$ 112.256, mediante a emissão de 7.214.422 ações ordinárias (ON), ao preço de emissão de R\$ 15,56 por ação.

Com essa operação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.474.498 para R\$ 3.586.754, totalizando 93.597.512 ações, sendo 75.190.021 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 25 de setembro de 2025, a 120ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o segundo aumento de capital proposto no exercício de 2025. Nessa operação, o aumento foi de R\$ 132.781, com a emissão de 8.385.891 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,83388257 por ação.

Assim, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.586.754 para R\$ 3.719.535, passando a ser representado por 101.983.403 ações, das quais 83.575.912 são ações ordinárias e 18.407.491 são ações preferenciais.

1.7 Parceria entre a Telebras e a EBC

A Telebras e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) firmaram um contrato estratégico para a implantação de uma solução de alta disponibilidade e proteção de ativos digitais, garantindo maior eficiência e segurança na distribuição de conteúdo online. O serviço, baseado em uma rede dinâmica de distribuição e aceleração de conteúdo (CDN), possibilitará a otimização da transmissão de vídeos, áudios e demais materiais digitais dos portais e serviços da EBC. O contrato inclui tanto CDN dinâmica quanto CDN estática. Ambas já estão em funcionamento e serão geridas a partir do Data Center Tier IV da Telebras.

O contrato estabelece a parceria entre as estatais e reforça o compromisso de fortalecer a infraestrutura de comunicação pública no país. A implementação da CDN, já em operação, reduz falhas e instabilidades nas transmissões, proporcionando uma experiência mais fluida ao público, além de aumentar a qualidade e segurança do conteúdo distribuído pela EBC.

A nova infraestrutura contratada tem um papel fundamental na estabilidade e qualidade das transmissões de diversos canais de comunicação pública. Com a implementação da solução, será possível otimizar a compressão de vídeos e áudios, garantindo que os conteúdos sejam acessados com menor latência e sem interrupções.

Outro destaque da parceria é a expansão da conectividade para as unidades da EBC em diferentes regiões do país, utilizando redes de alta capacidade e soluções via satélite para localidades remotas. Essa expansão possibilitará uma cobertura mais ampla dos serviços da EBC, beneficiando milhões de brasileiros com informação de qualidade e acesso seguro ao conteúdo digital.

1.8 Contrato de Prestação de Serviços que celebram Telebras e EACE

A Telebras firmou contrato com a Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE) para a prestação, em âmbito nacional, de serviços continuados de transmissão bidirecional de dados via satélite, no contexto do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

O objeto do contrato é a implementação e manutenção de pontos de presença com conexão à internet em banda larga, em escolas públicas da educação básica, no âmbito do Projeto Aprender Conectado, conforme diretrizes da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), instituída pelo Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023.

Os serviços serão executados mediante demanda da EACE, por meio de Ordens de Serviço, e envolvem o fornecimento, instalação, ativação e manutenção de infraestrutura de conectividade, conforme especificações técnicas da Portaria MCOM nº 2.460/2021 e do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as partes. O contrato prevê vigência de 24 (vinte e quatro) meses para cada

ponto ativado, e valor estimado de até R\$ 262.889 milhões, sujeito à variação conforme a quantidade efetiva de pontos contratados.

É relevante mencionar que o valor final do Contrato é variável e diretamente proporcional ao volume de pontos de conexão satelital (GESAC) que forem efetivamente contratados pela EACE.

A celebração deste Contrato representa um passo estratégico fundamental para a TELEBRAS, reforçando seu protagonismo na execução de políticas públicas de conectividade e inclusão digital. A iniciativa tem impacto direto na educação nacional, ao expandir o acesso à internet em escolas, e consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento social e tecnológico do país.

1.9 Contrato de Prestação de Serviços que celebram Telebras e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

No trimestre corrente a Telebras firmou um contrato com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no valor de R\$ 84 milhões para a prestação de serviços de conectividade e infraestrutura de nuvem privada dedicada, na modalidade de infraestrutura como serviço (IaaS).

O contrato foi realizado na modalidade de contratação direta e foi formalizado com base no Decreto nº 12.124/2024, que prevê preferência à estatal em contratações públicas federais na área de comunicação multimídia.

A vigência do acordo será de 60 meses, com possibilidade de prorrogação por períodos de até 24 meses, renováveis até o limite de 120 meses (10 anos) conforme estabelecido no artigo nº 107 da Lei 14.133/2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade. As premissas e estimativas mais significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2026.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, considerando as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.2.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 13 e 14, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.2.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.2.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 21.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.2.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3)

2.2.6 Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões

acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 33).

Brasília, DF, 25 fevereiro de 2026

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE
Presidente

ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA
Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria Administrativo-Financeira e de
Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria de Governança (Interina)

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

Os auditores independentes examinaram as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e opinaram que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas foi emitido pela Consult Auditores Independentes em 25 de fevereiro de 2026 e encontra-se disponível em <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financieira-e-relatorio-administracao/>

PARECER DO CONSELHO FISCAL RESUMIDO

O Conselho Fiscal da Companhia examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2025. Analisou e obteve esclarecimentos prestados pela Diretoria da Executiva e pelo representante da Auditoria Independente. O Conselho Fiscal, por unanimidade, manifestou-se favorável a submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025. Não houve votos divergentes nem outros assuntos essenciais analisados pelo Conselho Fiscal. Parecer integral emitido em Brasília-DF, 18 de março de 2026 e disponível em <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracao-financeira-e-relatorio-administracao/>

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – COAUD/2025

Objeto: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 74 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016.

2.FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, de funcionamento permanente, é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno.

3.COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), em 31 de dezembro de 2025, era composto pelos seguintes membros: Jerônimo José Cabral Guedes (Presidente do Comitê e Conselheiro de Administração Independente), Paula Vicente da Silva (Especialista em Contabilidade Societária) e Cleber Santiago.

4.ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Durante o ano de 2025, o Comitê reuniu-se em 63 (sessenta e três) ocasiões.

Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emitiu sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

Recomendações, Sugestões e Resultados:

Período: janeiro-dezembro de 2025			
Demanda	Total	Implementada	Em andamento
Recomendações	2	2	0
	100%	100%	0%
Sugestões	1	1	0
	100%	100%	0%
Solicitação	25	22	3
	100%	88%	14%
Encaminhamento	2	2	0
	100%	100%	0%

5.DESTAQUES

Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

•Das Demonstrações Contábeis

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2025 e procedeu à apreciação do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela Companhia durante as reuniões realizadas com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos e com os auditores independentes.

O Comitê verificou que as práticas contábeis adotadas durante a elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação aplicada pelos órgãos de controle.

•Da Auditoria Independente

O COAUD considera satisfatório o resultado dos trabalhos de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes.

•Autoavaliação

O Comitê procedeu com sua autoavaliação.

•Partes Relacionadas

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliando e monitorando, em conjunto com a administração, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação.

•Auditoria Interna

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, examinou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2026) e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2025), bem como recebeu, discutiu e acompanhou relatórios regulares da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.

•Gestão de Riscos, Controles e Conformidade

O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para mitigar os riscos da Companhia e fortalecer os controles internos, quando necessário.

•Ouvidoria e Canal de Denúncia

Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno do COAUD, o canal de denúncias está sendo monitorado. Os interessados podem encaminhar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Em 2025 o Comitê não recebeu denúncia.

•Conclusão

O Comitê exerceu suas atribuições sem interferências da Administração, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas Auditorias interna e independente.

Brasília, 12 de março de 2026.

Jerônimo José Cabral Guedes

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário -- COAUD

Cleber Santiago

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD

Paula Vicente da Silva

Membra do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD